



Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Coordenadores

DADOS PESSOAIS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A obra versa sobre temas desafiadores do Direito Municipal. Nos artigos e pareceres desta obra, tem-se, por exemplo, pareceres sobre a cobrança de IPTU em face de empresa privada que atua em concessão de serviço aeroportuário e providências tributárias a serem tomadas em virtude do reconhecimento e inclusão do uso do nome social de pessoas travestis e transexuais. Discute-se a forma de pagamento de dívidas do poder público decorrentes de acordos extrajudiciais em relação a processos já submetidos ao Poder Judiciário e mesmo as inconstitucionalidades da Emenda Constitucional nº 132/2023. Há, ainda, texto que aborda a essencialidade da Advocacia Pública municipal para a concretização das políticas públicas locais e alcance do desenvolvimento nacional.

Verifica-se que eles reforçam a importância cuidadosa e vigilante da Advocacia Pública municipal para a correta atuação dos Municípios e sua relevância para a consecução dos direitos fundamentais.

Área específica

DIREITO CIVIL.

Áreas afins do livro

DIREITO E TECNOLOGIA.

Palavras-chave

DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA.
NOVAS TECNOLOGIAS. INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL. DIREITO E TECNOLOGIA.
IA E DIREITO. RESPONSABILIDADE CIVIL E
TECNOLOGIA. CONTRATOS ELETRÔNICOS.
DADOS PESSOAIS. LGPD.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 3707

D121 Dados pessoais e a proteção dos direitos da personalidade na era da inteligência artificial / Marcos Ehrhardt Júnior, Marcos Catalan (coord). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

254 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-904-9

ISBN digital 978-65-5518-905-6

1. Direito civil e tecnologia. 2. Novas tecnologias. 3. Inteligência Artificial. 4. Direito e tecnologia. 5. IA e direito. 6. Responsabilidade civil e tecnologia. 7. Contratos eletrônicos. 8. Dados Pessoais. 9. LGPD. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Catalan, Marcos. III. Título.

CDD: 342.085

CDU: 347

Marcos Ehrhardt Júnior é Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro Universitário Cesmac. Editor da Revista Fórum de Direito Civil (RFDC). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e Vice-presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC). Membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCont. Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. *E-mail:* contato@marcosehrhardt.com.br.

Marcos Catalan é Doutor *summa cum laude* pela Faculdade do Largo do São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Estágio pós-doutoral no Mediterranea International Center for Human Rights Research (2020–2021). *Visiting scholar* no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015–2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015–2016). Professor visitante no Mestrado em Direito de Danos da Facultad de Derecho de la Universidad de la Republica, Uruguai. Professor visitante no Mestrado em Direito dos Negócios da Universidad de Granada, Espanha. Professor visitante no Mestrado em Direito Privado da Universidad de Córdoba, Argentina. Cofundador da Rede de Pesquisas Agendas de Direito Civil Constitucional. Diretor do Brasilcon (2020–2021). Advogado parecerista.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Marcos Catalan, Marcos Ehrhardt Junior	11
---	----

A ESSÊNCIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Eduardo Luiz Busatta, Têmis Limberger	15
1 Introdução	15
2 Alguns elementos estruturantes da história da proteção de dados pessoais.....	17
3 A importância dos dados pessoais na atualidade.....	20
4 A necessária amplitude do direito à proteção de dados pessoais.....	23
5 O problema da essência do direito fundamental à proteção de dados pessoais	29
6 Conclusão	40
Referências	40

NATUREZA JURÍDICA DOS DADOS PESSOAIS: ENTRE AS PROJEÇÕES EXISTENCIAIS E OS DIREITOS PATRIMONIAIS

Maurício Requião, Gustavo Cunha Prazeres	47
1 Introdução	47
2 Revisão de literatura.....	48
2.1 Proteção de dados: propostas e modelos regulatórios.....	48
2.2 Situando o Brasil no campo da proteção de dados.....	52
2.3 Em busca do modelo ideal (ou sobre dados e mercadorias)..	54
3 Análise de decisões do superior tribunal de justiça	58
3.1 REsp 1660168 / RJ. Recurso Especial 2014/0291777-1	58
3.2 AgInt no AgInt nos EDcl no Recurso Especial nº 1841944 – CE	60
3.3 Agravo em Recurso Especial nº 2.130.619 – SP (2022/0152262-2)	61
3.4 Recurso em Mandado de Segurança nº 71025 – PR (2023/0102642-5).....	61
4 Conclusões	62
4.1 Análise de existência de prazos prescricionais ou decadenciais para proteção de tais direitos.....	62
4.2 Possibilidade ou não de alienação do direito decorrente dos dados pessoais	63
4.3 Possibilidade ou não de aplicar institutos relacionados à posse e propriedade, como a usucapião e as ações possessórias.....	64
4.4 Duração e possibilidade ou não de transmissão aos herdeiros dos direitos decorrentes dos dados pessoais	66
Referências	66

AMBIENTE IMERSIVO E *NEUROGAMING*: NOTAS ACERCA DOS IMPACTOS AOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS EM FACE DAS NOVAS FRONTEIRAS ADVINDAS COM A TECNOLOGIA

Gabrielle Bezerra Sales Sarlet,

Viviane Ceolin Dallasta Del Grossi	69
1 Introdução	69
2 Ambiente imersivo e neurotecnologias	72

3	Fenômeno do <i>neurogaming</i>	80
4	Novas fronteiras da tecnologia: estado da arte na regulação	85
5	Considerações finais	92
	Referências	94

RISCOS ADVINDOS DA COLETA E DO USO DE DADOS NEURAIIS: PROBLEMATIZANDO SUA NECESSÁRIA REGULAMENTAÇÃO

Bruno Cavalcante Leitão Santos,

Francisco de Assis de França Júnior	101
1 Introdução	101
2 O que são dados neurais, como eles têm sido coletados e quais seus riscos	102
3 O que existe e o que precisa ser criado em termos de sua regulamentação	106
4 Considerações finais	113
Referências	114

RESPONSABILIDADE CIVIL NA ERA DIGITAL E A INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL PRESUMIDO DECORRENTE DA (DES)PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Beatriz de Castro Rosa, Kassia Zinato Santos Machado Araujo.....

Introdução.....	117
1 O direito fundamental à proteção de dados pessoais e a classificação de dados pessoais segundo a LGPD	118
2 Responsabilidade civil e a Lei Geral de Proteção de Dados na era digital	121
3 A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre dano moral presumido envolvendo dados pessoais	125
3.1 Hipóteses de cabimento e de não cabimento de dano moral presumido envolvendo incidentes de segurança com dados pessoais	125
3.2 Responsabilidade civil na era digital e a indenização por dano moral presumido decorrente da (des)proteção de dados pessoais: a interpretação do STJ sobre o rol previsto pelo artigo 5º, inciso II, da LGPD	127
4 Considerações finais	129
Referências	130

A PERSONALIDADE DA PESSOA HUMANA E A TECNOLOGIA DIGITAL: UMA NECESSÁRIA COMPREENSÃO DA TUTELA PÓSTUMA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Manoel Victor de Mello Vianna, Marcos Ehrhardt Jr.

1 Introdução	133
2 O avanço tecnológico e a sociedade: a tecnologia digital e os desafios jurídicos.....	134
3 Breves anotações sobre o direito à identidade pessoal e a sua proteção em tempos digitais.....	137
3.1 Os direitos de personalidade e a sua tutela na legalidade constitucional brasileira	137
3.2 O direito à identidade pessoal em tempos digitais: uma necessária compreensão.....	140
4 A tutela <i>post mortem</i> dos direitos da personalidade e sua aplicabilidade na era digital.....	144
5 Considerações finais	150
Referências	151

RESPONSABILIDADE CIVIL PELO COMPARTILHAMENTO
NÃO AUTORIZADO DE IMAGENS ÍNTIMAS. UM ESTUDO
À LUZ DA CAUSALIDADE ALTERNATIVA

Eduardo Nunes de Souza,

Bernardo Diniz Accioli de Vasconcellos	155
1 Introdução	155
2 A chamada causalidade alternativa no direito brasileiro: um novelo de dúvidas	160
3 O compartilhamento indevido de imagens íntimas: desatando alguns nós da causalidade alternativa.....	168
4 Considerações conclusivas	171
Referências	172

DIREITO À IMAGEM E A INTERFACE COM INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL: REGULAMENTAÇÃO E ÉTICA NA
UTILIZAÇÃO DA IA GENERATIVA CONSIDERANDO
OS DIREITOS DE PERSONALIDADE COMO PARTE
ESSENCIAL DA PROTEÇÃO DOS INDIVÍDUOS

Fernanda Las Casas, Pietra Daneluzzi Quinelato	175
Introdução.....	175
2 Regulamentação dos direitos de personalidade e sua intersecção com a IA.....	176
3 Inteligência artificial como ferramenta criadora: caso Elis Regina	186
3.1 Breves considerações sobre o caso	186
3.2 Questões <i>post mortem</i> e a intransmissibilidade do direito de imagem.....	188
3.3 Validade de cláusula testamentária	190
4 A responsabilidade pelo uso indevido da imagem	190
Conclusão.....	192
Referências	194

DIREITO DE PERSONALIDADE À VOZ: REPERCUSSÕES
JURÍDICAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO DE *DEEP*
VOICE E *DEEPPFAKE*

Clayton Douglas Pereira Guimarães, Michael César Silva	197
1 Considerações iniciais	197
2 Delineamentos sobre a voz e sua proteção jurídica.....	198
2.1 A tutela jurídica da voz.....	200
3 <i>Deepfake</i> e <i>deep voice</i>	202
3.1 A criação de uma nova voz	204
3.2 A criação de uma nova voz similar a uma voz existente	206
3.3 A reprodução (recriação) de voz já existente.....	207
4 Considerações finais.....	210
Referências	211

OS LIMITES DA INTERVENÇÃO NA OBRA ARTÍSTICA:
CASOS EMBLEMÁTICOS BRASILEIROS E A
CONTROVÉRSIA DOS DIREITOS MORAIS

Mérian Helen Kielbovicz	215
Introdução	215
1 Arte em juízo: direitos morais e a dignidade da criação.....	216
1.1 Análise legal dos direitos morais do autor: a relação entre criador e criação	216
1.2 O espaço criativo até o reconhecimento legal.....	220
2 Os limites da responsabilidade no direito moral do autor a partir da jurisprudência brasileira	222
3 Repercussões de casos emblemáticos e os impactos das alterações musicais nos direitos morais	225

Considerações finais	228
Referências	230
“CÉREBRO ELETRÔNICO FAZ TUDO/ FAZ QUASE TUDO”: UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES AUTORAIS DAS OBRAS CRIADAS COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	
Ainah Hohenfeld Angelini Neta, Leandro Reinaldo da Cunha	233
Introdução.....	233
1 Inteligência artificial e os direitos inerentes aos seres humanos	234
2 A autoria de obras criadas com mediação tecnológica da inteligência artificial: para quem vai o crédito?	238
Considerações finais	247
Referências	248
SOBRE OS AUTORES	251